**Em busca das raízes de um centro social jesuíta**

Jonas Jorge da Silva[[1]](#footnote-1)

O leque aberto a partir da criação da Província dos Jesuítas no Brasil, em 16 de novembro de 2014, tem demonstrado o quanto é importante, no exercício do reconhecimento da diversidade de frentes e trabalhos desempenhados em prol da realização da missão da Companhia, voltar-se às fontes que fundamentam as ações realizadas. Certamente, trata-se de um momento propício para uma reavaliação a partir das motivações mais profundas que envolvem a razão de existir de todo o trabalho apostólico desempenhado.

É no exercício de reavaliação do caminho percorrido até aqui que se abre novas perspectivas e se consolida fundamentos que não podem ser deixados de lado, sob o risco de trair a própria dinâmica apostólica legada por tantos que deram o melhor de si em prol de um trabalho verdadeiramente eficaz.

Ao se analisar o *Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental*, importante documento advindo do esforço de articulação e capacitação gestado a partir do Secretariado para a Justiça Socioambiental, nitidamente, percebe-se este respeito ao que já foi construído a partir das diferentes iniciativas no campo social, sempre em atenção aos importantes documentos da Companhia de Jesus, que deram norte ao apostolado social. Acrescente-se a isto, a total fidelidade ao Plano Apostólico da Província dos Jesuítas do Brasil– 2015/2020, que elegeu as seguintes preferências apostólicas: a experiência transformadora da fé, por meio da partilha da espiritualidade inaciana; a superação do abismo da desigualdade socioeconômica e suas graves implicações sociais, culturais e ambientais; as juventudes, ajudando-as na construção de seu projeto de realização pessoal como dom e serviço aos demais, na promoção e defesa da vida; e a peculiar eleição do cuidado com a Amazônia, como dom para o mundo.

Outra iniciativa do Secretariado para a Justiça Socioambiental foi a criação do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que tem dado seus primeiros passos. A partir desta iniciativa, dinamizou-se o início das primeiras aproximações entre as diferentes frentes de trabalho no campo social, em um esforço conjunto para a constituição de uma rede de abrangência nacional, a partir da ajuda mútua baseada nas potencialidades e carências de cada uma de suas pontas.

Entre os integrantes desta rede estão os chamados centros sociais, que possuem suas origens nos antigos Centros de Investigação e Ação Social (CIAS), que a partir da segunda metade do século XX foram muito importantes para o apostolado social da Companhia de Jesus, em particular na dura realidade da América Latina. Conforme o que se defendeu no início deste texto, é fundamental, no atual momento, revalorizar a inspiração inicial deste apostolado, com o objetivo de se ter claro quais são as características indispensáveis de um centro social, independente da mudança de conjuntura no atual momento histórico.

A *Instrução sobre o Apostolado Social*, do Padre João Batista Janssens, publicada em 1949, além de um importante documento de animação para a ação social da Companhia de Jesus, também foi fundamental para a inicial formação e organização de experiências de centros de investigação e ação social em um sentido mais amplo. Nela está contida a forte intuição que para além do atendimento imediato às necessidades daqueles que vivem na pobreza, compromisso proveniente do exercício da caridade cristã, também é necessário atingir as causas da pobreza. Ao analisar que a pobreza é uma realidade para a maioria da humanidade, Padre Janssens esclarece a peculiaridade do que defende em sua instrução:

“Não pretendo, porém, tratar do exercício dessa caridade, que denominaria ‘extraordinária’, para com os pobres que, por razões especiais, devem ser sustentados com esmolas. Cabe-me, antes, falar dos pobres que têm forças para ganhar honestamente seu sustento e, ainda que levem vida laboriosa, frugal e ordenada, não podem, tendo em vista a imperfeita ordem social destes tempos, prover a si e aos seus como convém. Em consequência disso, ficam privados dos bens espirituais de uma formação mais culta e de uma vida sobrenatural mais profunda, que trazem consigo a alegria e paz do coração e uma tranquila esperança dos bens futuros, e pressupõem, normalmente, uma certa mediania de bens temporais”. (Pastoral Popular, 1991, p. 93)

É possível dizer que a partir desta instrução já é possível vislumbrar o início de um programa para os diversos modelos de centros sociais que passaram a existir a partir daí. Cresce, então, a compreensão que não basta assistir ao pobre, mas é necessário também forjar práticas e ações que favoreçam processos de mudanças sociais mais estruturais. Este programa parece bem especificado na redação da *Carta da Gávea*, resultado do encontro entre 18 Provinciais da Companhia de Jesus com o Padre Pedro Arrupe, entre os dias 6 e 14 de maio de 1968, na Casa de Retiros da Gávea, Rio de Janeiro. Nesta carta, os jesuítas afirmam:

“Há vários anos se vêm fundando, pouco a pouco, nas Províncias da América Latina, centros de reflexão e de ação que estudam os aspectos do desenvolvimento de cada região numa perspectiva cristã, como contribuição nossa à mudança das estruturas sociais. Estamos decididos a consolidar, com homens e meios, estes CIAS (Centros de Investigação e Ação Social), cuja missão específica é ajudar a conscientizar, estimular e orientar as mentalidades e as ações, com pesquisas, publicações, ensino e assessoria”. (Pastoral Popular, 1991, p. 146)

Também é interessante ressaltar as perspectivas iniciais destes centros de investigação e ação social, muito bem expressas pelo Padre Manuel Foyaca, nos anos 1950, em sua instrução sobre o apostolado social, quando esteve na América Latina, incumbido pelo Padre Janssens. Sem se desfazer da importância da assistência social, mas não se resumindo a ela, o padre jesuíta procura especificar o que é o apostolado social para a Companhia, ao afirmar que “a mera assistência social não resolve o problema social de nossa época. É preciso ir à raiz, arrancando na sua origem a injustiça! Só com uma ação social inspirada nas encíclicas poderemos conseguir a reforma pacífica das estruturas atuais”. (Pastoral Popular, 1991, p. 117)

O padre jesuíta Ricardo Antoncich (2004, p. 16), ao fazer memória da história do apostolado social da Companhia de Jesus na América Latina, destaca que em sua instrução, o Padre Foyaca deixava claro a necessidade de não “confundir a ação beneficiente com a ação social e levar em conta que estabelecer uma válida ordem social exige influenciar na opinião e no governo das nações”.

De 1965 a 1983, o Padre Pedro Arrupe será um grande animador dos centros sociais. Inclusive, Antoncich destaca que por ocasião da I Reunião dos CIAS da América Latina, em Lima, no ano de 1966, Padre Arrupe promulga os estatutos do CIAS e, neste mesmo ano, escreve a *Carta sobre o Apostolado Social na América Latina* para formalizar a criação do chamado Conselho Latino-Americano dos CIAS (CLACIAS). Nela apresenta seus fins:

“O objetivo fundamental dos CIAS (e consequentemente o objetivo fundamental do apostolado social) será a transformação da mentalidade e das estruturas sociais no sentido de justiça social, preferentemente no setor da promoção popular, com a finalidade de possibilitar uma maior dedicação, participação e responsabilidade, em todos os níveis da vida humana (*Acta Romana* 14 (1996) 794-95).” (Antonicich, 2004, p. 16)

Aliás, na Conferência pronunciada pelo Padre Arrupe, por ocasião do encerramento do Curso Inaciano do Centro Inaciano de Espiritualidade, em Roma, no dia 06 de fevereiro de 1981, percebe-se o quanto de clareza havia em sua compreensão do compromisso social cristão, consequentemente, também a respeito do trabalho social da Companhia de Jesus. Ao trabalhar a dimensão social da caridade, afirma:

“A caridade como relação de pessoa a pessoa não é suficiente. Num mundo como o nosso, sempre mais socializado, no qual o homem se encontra preso num leque de estruturas econômicas e sociais, políticas e culturais de todos os tipos, a caridade deve ser também compreendida e praticada em escala social. É uma caridade, cujos efeitos são menos imediatos e talvez menos gratificantes. É mais anônima e requer, para ser eficaz, demoras e espaços. Mas, com exceção dos casos de urgência, ela é a mais eficaz. ” (Dietsch, 1985, p. 138)

Em reflexões recentes, o Padre Roberto Jaramillo, atual presidente da Conferência dos Provinciais Jesuítas na América Latina, em artigo escrito em preparação ao encontro da rede de centros sociais jesuítas da América Latina, que ocorreu em Lima, no ano de 2016, destacou as conclusões de um seminário ocorrido na Cúria Geral, em 1980, cujo tema foi *O apostolado social na Companhia, hoje*. Em seu texto, *Generosidad y Eficacia* (2016), Jaramillo destaca as características do trabalho social apontadas por aquele seminário:

1. “Estejam radicalmente comprometidos com a promoção da justiça em solidariedade com os pobres;

2. busquem não somente a conversão dos indivíduos, mas uma mudança estrutural da sociedade;

3. tenham como objetivo contribuir na construção de uma sociedade nova e mais justa, baseada na participação;

4. tenham uma ideia clara sobre a identificação de prioridades e a decisão das ações através do uso de uma análise científica da realidade, uma análise não só das estruturas, mas também dos acontecimentos e tendências do momento; e com uma perspectiva de fé cristã;

5. estejam preparados para se associar de diferentes maneiras com aqueles que compartilham os mesmos ideais de transformação da sociedade;

6. estejam envolvidos em um diálogo crítico com os grupos que buscam a mudança de um modo diferente do nosso; e

7. persigam o objetivo da comunhão com a Igreja e com toda a Companhia”. (tradução nossa)

Como se pode notar, mesmo sem adentrar no rico conteúdo dos documentos das Congregações Gerais da Companhia de Jesus, atualmente, aqueles que são chamados de centros sociais na Província dos Jesuítas do Brasil são herdeiros de uma rica experiência, repleta de reflexões, análises e de consolidações de planos de trabalho.

É muito oportuno que, neste momento, o Secretariado para a Justiça Socioambiental esteja se dedicando, dentro da diversidade de trabalhos no campo social, a revalorizar os centros sociais e, neste contexto, há uma oportunidade ímpar para uma reflexão mais aprofundada sobre as suas origens e a sua legitimidade como espaços de reflexão, pesquisa, assessoria e presença junto à sociedade, principalmente no sentido de contribuir para atentar contra as causas estruturais das mazelas sociais que se perpetuam neste século XXI.

A experiência dos últimos anos tem demonstrado que as intuições primeiras, daqueles que apostaram no trabalho dos CIAS, seguem vigentes. Havia naquele período fundacional uma indignação e descontentamento com a realidade social, política, econômica e cultural, que os levaram, a partir da perspectiva das virtudes teologais (fé, esperança e caridade), a não se acomodar dentro das esferas do legalismo institucional. Ao contrário, partindo da proposta evangélica, alargaram seus horizontes, dedicando trabalho e esforço no intuito de interpretar as problemáticas de seu tempo, fortalecendo projetos de sociedade que favorecessem a dignidade para todos.

A preocupação principal de um centro social, nos termos do que se debate aqui, jamais deveria ser com a tabela de números de pessoas atendidas, de reuniões, de visitas realizadas, de gastos orçamentários, etc., muito em voga no interior de uma cultura do êxito e de atrelamento ao modelo de organização imposto pelo Estado, mas, sim, deveria estar centrada na busca do bem mais universal, na presença testemunhal junto aos que na sociedade sofrem as consequências dos ditames do capital. Com isso, não se quer dizer que o trabalho não deva ser planejado, acompanhado de relatórios, prestação de contas e análises, mas tudo em função deste bem maior a que se busca.

Os resultados do trabalho apresentado por um centro social precisariam ser primeiramente avaliados pela profundidade de sua proposta, capacidade de se articular junto aos homens e mulheres de boa vontade e propósito de se inserir em processos de mudanças sociais. Para isso, o trabalho modesto, mas realizado com afinco no dia a dia, pode trazer resultados para além de nossos meros anseios humanos. Como bem salientou o Papa Francisco, em mensagem à **54ª Jornada Mundial de Oração pelas Vocações**, “Deus supera nossas expectativas e nos surpreende com sua generosidade, fazendo germinar os frutos de nosso trabalho para além do que se pode esperar da eficiência humana” (Sítio IHU, 02-12-2016).

Além de beber desta rica tradição do apostolado social, na atualidade, os centros sociais também possuem uma grande oportunidade de potencializar suas ações a partir de uma leitura transdisciplinar da realidade. Jamais se deve limitar o campo de abrangência de um centro social, bem como os temas legítimos a ser trabalhados. Não cabe aos centros sociais a regra com a qual governos medem o alcance de suas políticas públicas, que são importantíssimas, mas nunca serão saídas suficientes para todas as problemáticas que envolvem a humanidade. Pela estrutura enxuta, flexível e colegiada, os centros sociais deveriam ser espaços de diálogo com os diversos campos do saber, tendo como foco a construção de balizas para uma sociedade verdadeiramente democrática, que valoriza a diversidade e acolhe a todos e todas.

É preciso levar às últimas consequências a atual opção pela justiça socioambiental, a partir da grande contribuição da carta encíclica Laudato Si’, do Papa Francisco, que oferece um rico debate sobre a perspectiva da ecologia integral. Francisco, olhando para a raiz dos problemas atuais, aponta:

“Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (Laudato Si’, n. 139).

Este rico conteúdo da encíclica papal é a principal fonte inspiradora do conceito de justiça socioambiental, que é o *Marco de Orientação da Promoção da Justiça Socioambiental.* Neste sentido, o atual momento é bastante propício para se redescobrir a importância dos centros sociais e o papel singular que podem desempenhar, tendo presente sua raiz histórica e as novas agendas que precisam agregar. Sendo assim, as equipes de trabalho envolvidas nestes espaços precisam se empenhar em estudar e buscar com afinco enxergar a realidade a partir de sua complexidade, procurando estabelecer relações e análises entre contextos que parecem fragmentados.

A revolução dos meios de comunicação também favorece novas possibilidades, como parcerias entre centros sociais e universidades, trabalhos em rede com parceiros geograficamente distantes e apostas em campanhas humanitárias comuns, que dizem respeito à realidade de toda a humanidade. Nesse sentido, a instituição do OLMA está sendo um grande passo em favor de uma sinergia articulada entre os centros sociais, em primeira instância, mas não só entre eles, como também com outras frentes de trabalho em favor da justiça socioambiental.

Também vale ressaltar que não cabe confusão alguma entre o trabalho dos centros sociais e o das obras sociais, que possuem missões específicas, louváveis, mas em dimensão bem distinta da que foi apontada até aqui, o que tem ficado claro ao longo das reflexões gestadas a partir do Secretariado para a Justiça Socioambiental. Diferenciar não significa deixar de relacionar as diversas experiências, ao contrário, é no respeito às diferenças, no espírito da comunhão e da complementaridade que todos, independentemente do espaço em que ocupam, poderão encontrar os melhores frutos evangélicos.

Por fim, aos que desejam ver os resultados do trabalho de um centro social, é necessário recomendar a paciência histórica, comparada a de um agricultor, que lança a semente, irriga e acompanha diariamente a sua plantação, até poder colher os frutos. Espera-se dos centros sociais esta presença evangélica, profética e atuante na sociedade, na confiança que surjam frutos vigorosos em favor da vida em todas as suas dimensões.

**Referência**

ANTONCICH, Ricardo. **Apostolado Social: Setor e Dimensão Apostólica**. Rio de Janeiro: CPAL, 2004.

DIETSCH, Jean-Claude. **Pedro Arrupe: Itinerário de um jesuíta**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FRANCISCO. **Laudato Si’ (Louvado sejas): Sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.

JARAMILLO, Roberto. **Generosidad y Eficacia**. Texto marco referencial para el encuentro ampliado de la Red de Centros Sociales de la CPAL. Lima, junho de 2016.

**MARCO DE ORIENTAÇÃO DA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL**. Província dos Jesuítas do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

NEUTZLING, Inácio (org.). **Pastoral Popular: Fundamentação Inaciana**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

**PLANO APOSTÓLICO**. Província dos Jesuítas do Brasil-BRA. 2015/2020.

TORNIELLI, Andrea. Francisco: “Ao anunciar o Evangelho, renunciemos a idolatria do êxito”. Sítio IHU: 02-12-2016. Disponível em: [http://www.ihu.unisinos.br/562981-francisco-ao-anunciar-o-evangelho-renunciemos-a-idolatria-do-exito. Acesso em 12-12-2016](http://www.ihu.unisinos.br/562981-francisco-ao-anunciar-o-evangelho-renunciemos-a-idolatria-do-exito.%20Acesso%20em%2012-12-2016).

1. Cientista social, Mestre em Ciências Sociais (UEM), atualmente, é o coordenador do CEPAT. [↑](#footnote-ref-1)